



ÁREA TEMÁTICA: Populações, Gerações e Ciclos de Vida

Atitudes e normas sociais dos Europeus sobre a transição para a vida adulta

LAPA, Tiago

Licenciado em Sociologia, ISCTE

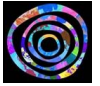
CIES/ISCTE; Queens' College, Universidade de Cambridge

tjfl2@cam.ac.uk

Resumo

Com esta comunicação pretendo divulgar dados relativos às atitudes dos Europeus sobre a transição para a vida adulta. A comunicação baseia-se em dados retirados do módulo sobre os timings do ciclo de vida dos indivíduos introduzido na terceira ronda do Inquérito Social Europeu. Esses dados permitem-nos efectuar análises comparativas inovadoras sobre: 1) as atitudes sobre os eventos relevantes da passagem para a vida adulta; 2) as normas sociais relativas à idade apropriada para entrar no mercado de trabalho, sair de casa, constituir família, etc. A pesquisa será levada a cabo à luz dos processos complementares de institucionalização e individualização no contexto europeu. É efectuada uma análise de modo a perceber se existem diferenças e dualidades de critério no que respeita à transição para a vida adulta feminina e masculina. São igualmente tidos em conta factores como o grau de escolaridade e o estatuto profissional dos indivíduos. Este tipo de análise permite perceber até que ponto a autonomização financeira dos jovens será uma condição necessária para a obtenção desse estatuto e que tipo de autonomização (financeira ou existencial, por exemplo) é considerada mais relevante, em que países e em que situações.

Palavras-chave: transição para a vida adulta, atitudes e normas, ciclo de vida





1. Introdução

A comunicação baseia-se em dados retirados do módulo sobre os *timings* do ciclo de vida dos europeus, introduzido na terceira ronda do Inquérito Social Europeu. Esses dados permitem-nos efectuar análises comparativas sobre: 1) as atitudes sobre os eventos relevantes da passagem para a vida adulta; 2) as normas sociais relativas à idade apropriada para entrar no mercado de trabalho, sair de casa, constituir família, etc. Será efectuada uma análise de modo a perceber se existem diferenças e dualidades de critério no que respeita à transição para a vida adulta feminina e masculina.

A análise será levada a cabo à luz dos processos complementares de institucionalização e individualização (Billari, 2004). As abordagens que se focam no processo de institucionalização estão relacionadas com a análise estrutural e, têm como objectivo, perceber até que ponto a ocorrência e a sequenciação das trajectórias do curso de vida são “organizadas” e até padronizadas pelo Estado e por arranjos institucionais (Mayer e Schoepflin, 1989). Por outro lado, o conceito de individualização remete para a tendência social de viver a vida como um projecto cada vez mais individualizado (Beck, 1992; Giddens, 1991; Beck e Beck-Gernsheim, 2002). Esta abordagem consiste essencialmente na análise cultural das transições do ciclo de vida, isto é, sobre a percepção dos indivíduos quanto ao “timing” da vida e sobre as suas escolhas pessoais. A individualização serve-se de indicadores como o retrocesso das normas tradicionais e de pressões normativas externas aos indivíduos – exercidas pela Igreja, família, etc. (Buchmann, 1989) – e a maior variabilidade e despadrãoção do ciclo de vida (Beck, 1992; Giddens, 1993; Beck e Beck-Gernsheim, 2001).

Hagestad e Neugarten (1985: 35) e Settersten e Mayer (1997) sugerem que cada sociedade é caracterizada por um sistema etário que divide o ciclo de vida em etapas da vida socialmente reconhecidas e institucionalizadas em estruturas normativas. Estas etapas podem ser definidas por eventos (sair da casa dos pais, entrar no mercado de trabalho, etc) que funcionam como “marcadores” do ciclo de vida. Portanto, outra componente do processo de individualização é composta por normas sociais referentes aos eventos “marcadores” da vida adulta. Nestes, incluem-se também as atitudes sobre a idade adequada e o sequenciamento certo da ocorrência desses eventos (Billari et al., 2005, Giele e Elder Jr., 1998; Hagestad e Neugarten, 1985; Neugarten et al. 1965).

2. Enquadramento Teórico

O que constitui a vida adulta relaciona-se com as transformações demográficas, interligadas entre si, que caracterizam a ‘Segunda Transição Demográfica’: envelhecimento demográfico, decréscimo dos índices de fecundidade, adiamento do casamento e da formação da primeira família e diversidade crescente de modelos familiares (Lesthaeghe, 1995; van de Kaa, 1987). Além disso, mudanças na instituição família incluem mudanças no ritmo e nos tempos da vida, tais como na idade média em que se tem o primeiro filho ou em que se forma a primeira família. Estas mudanças poderão ter consequências nos limites de idade, no modo como os indivíduos entendem o tempo do ciclo de vida e na forma como (re)programam os seus calendários pessoais.

No entanto, Thornton (2001) critica as teorias da transição demográfica, argumentando que estas postulam uma visão unidireccional da mudança e uma ideia de convergência das sociedades ocidentais. Além disso, Billari e Wilson (2001) apontam mudanças rápidas nos perfis demográficos de diferentes partes da Europa. Por exemplo, o sul da Europa, suposto retardatário da transição demográfica, apresenta, hoje em dia, dos



menores índices de fecundidade na Europa e reverteu a sua posição com os nórdicos que apresentam actualmente dos maiores índices.

Apesar de mudanças tidas como universais a diversidade europeia persiste. De acordo com Billari (2004), o padrão do sul da Europa de postergar a saída de casa dos pais, a formação de família e a parentalidade coabita com o modelo 'madrugador' do norte da Europa no que respeita à transição para a vida adulta. O modelo 'postergador' do sul pode ser parcialmente comparado com o adiamento geral da transição para a vida adulta - embora com diferentes ritmos dentro da Europa (Lesthaeghe, 2001) -, típico da Segunda Transição Demográfica. Porém, existem regiões na Europa que mantêm as suas especificidades. O foco de Billari (2004) em Itália e Espanha para daí fazer generalizações para o sul retira de fora do baralho uma variação interessante, que desafia a noção de um modelo 'postergador' para o sul. Em Portugal, há, em média, menos atraso na saída de casa dos pais e na formação da primeira família do que na Espanha e Itália (Torres et al. 2007). Ao olharem para os dados do ESS (2ª leva), Torres, Mendes e Lapa apuraram que Portugal tem das maiores taxas de jovens casais com filhos¹ e a maior percentagem de jovens casados (26,4%) na Europa. Seja como for, continua pertinente a ideia de Holdsworth (1998) de que a diferença entre norte e sul nos ritmos e no tempo de autonomização dos jovens está associada aos destinos iniciais depois da saída da casa dos pais. No sul, os mais jovens saem de casa frequentemente para casarem enquanto que no norte, deixar a casa dos pais está normalmente associado a um desejo de viver de forma independente antes de formar uma nova família.

A diversidade europeia pode ser interpretada segundo diferentes perspectivas. Numa primeira perspectiva, pode ser assumido que as regiões da Europa estão em diferentes estágios do processo de transição demográfica. Lesthaeghe e Moors (2000: 165) defendem que a Escandinávia lidera o processo de despadronização (...) e até agora nenhum outro país juntou-se ao seu grupo. Por outro lado, van de Kaa (1987: 12) acrescenta que no sul da Europa a segunda transição está atrasada, mas não tem dúvidas em apontar que já começou e que será completada.

Todavia, enquanto que Mayer (2001) sublinha a dependência dos processos de mudança nas instituições, Reher assinala o impacto significativo nas transições do ciclo de vida de "raízes históricas" que ditam a persistente diversidade entre as sociedades europeias (1998: 204). Mayer e Reher, assinalam assim que, apesar das mudanças a nível individual, ao nível societal, os países europeus continuarão a ser diferentes entre si por causa de diferenças institucionais ou por questões culturais fortemente enraizadas. Podemos ainda traçar dois cenários dentro da perspectiva do processo de individualização que explicam a diversidade europeia. Num cenário, podemos assumir que os países diferem quanto ao grau de individualização, a par de diferentes graus de desenvolvimento do processo de transição demográfica. Noutra perspectiva, podemos colocar a hipótese de que os processos de transição e de individualização manifestam-se de diferentes formas consoante as raízes culturais e as instituições específicas de cada país. Por outro lado, Buchmann (1989) argumenta que convergência e diversidade não são necessariamente opostos. O autor perspectiva uma "convergência rumo à diversidade" a nível individual, uma vez que as sociedades Europeias estão a afastar-se dos guiões de vida padronizados.

Género e a transição para a vida adulta

Geissler e Krüder (1992: 154) afirmam que as atitudes sociais e normas institucionais são afectadas por considerações de género. Portanto, é de esperar que as normas etárias e que a segmentação cultural do ciclo de vida seja diferenciado para homens e mulheres. Todavia, segundo Beck e Beck-Gernsheim (2000) a biografia feminina levou um 'empurrão' com o processo de individualização, que transformou o papel 'prescrito' da mulher num papel 'adquirido'. Mudanças fundamentais na vida das mulheres alargaram o seu espaço de acção e de decisão – aumento das oportunidades na educação, aumento da taxa de actividade feminina, mudança nas normas sexuais, etc. – e quebraram o papel tradicional das mulheres de 'viveram para os outros' (2000: 75).



Segundo esta perspectiva, o estatuto da mulher adulta deverá ser cada vez menos sujeito a ‘marcadores’ do ciclo de vida como a formação de família ou a maternidade. Além disso, as atitudes e normas sociais não deverão reflectir uma grande diferenciação entre homens e mulheres. Contudo, são esperadas diferenças entre regiões da Europa. Países com ‘dualidades de critério’ menos evidentes para homens e para mulheres poderão ser considerados mais individualizados uma vez que os indivíduos desses países estarão porventura menos constrangidos por atitudes e normas etárias com considerações de género.

Trabalho e o estatuto de adulto

Segundo Myles (1997), mudanças estruturais na economia e no mercado de trabalho vieram alterar a estrutura do ciclo de vida. O autor distingue dois ideais tipos: o curso de vida fordista e o pós-fordista. Myles argumenta que, depois do declínio do fordismo, a estabilidade económica dos indivíduos é maior e já não serve como guia das reformas na política social. Sendo assim, é expectável menos homogeneidade na transição para a vida adulta, nomeadamente, no que diz respeito à transição escola-trabalho. Porém, como Myles reconhece é difícil saber se as tendências sociais serão fruto de mudanças cíclicas ou se terão um carácter mais permanente. Importa reter que as presentes mudanças sugerem a hipótese de que a vida profissional poderá deixar de ser uma fonte central de identidade e de estatuto para o adulto, pelo menos, para indivíduos mais vulneráveis que se encontram desempregados ou sub-empregados. Além disso, a expansão da escolaridade e o adiamento na entrada no mercado de trabalho poderão ter impacto nas atitudes. Portanto, espera-se que indivíduos com diferentes níveis de escolaridade demonstrem atitudes divergentes no que respeita à importância do trabalho como ‘marcador’ da vida adulta.

Poderão também existir importantes diferenças de género na relação entre trabalho e atitudes. Por exemplo, em países com menores taxas de emprego feminino ou de maiores taxas de trabalho feminino em regime de tempo parcial, o emprego poderá ser uma dimensão secundária para definir o estatuto de adulto das mulheres. Geissler e Krüder (1992) assumem que a biografia masculina é tradicionalmente estruturada pela participação no mercado de trabalho, enquanto que o ciclo de vida feminino está mais ligado à dimensão familiar. Para as mulheres outros ‘marcadores’ da vida adulta poderão ser mais importantes, como o casamento ou o nascimento do primeiro filho. Como Beck e Bech-Gernsheim (2000) sugerem, as mulheres podem sentir uma tensão entre maternidade e emprego. Todavia, esta tensão não é necessariamente contraditória, em especial em termos normativos, uma vez que as mulheres participam cada vez mais em ambas as dimensões da vida. Hoje em dia, será melhor definir a biografia das mulheres em termos de uma ‘dupla socialização’ e de um ‘duplo planeamento de vida’ como indicam Geissler e Krüder. Provavelmente, a grande diferença entre homens e mulheres será o facto de a biografia feminina estar mais sujeita a passagens de estatuto incompletas, a ‘hiatos’ e a descontinuidades no mercado de trabalho.

Notas metodológicas

Uma característica interessante do módulo “The Timing of life” do Inquérito Social Europeu é a divisão das perguntas, sobre os ‘marcadores’ considerados importantes da vida adulta e sobre as normas etárias, segundo o que os respondentes (independentemente do seu sexo) acham apropriado para homens e para mulheres. Esta metodologia permite aferir a existência de ‘dualidades de critério’ nos papéis de género, em particular, no que respeita à transição para a vida adulta.

É seguido o conselho de Mayer (2001) de limitar o número de países estudados uma vez que poderá ser mais frutífero e menos superficial no trabalho de comparação que seguir uma estratégia universalizante. Na escolha dos países incluídos na análise, teve-se em conta a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho, a escolaridade média de cada país e os diferentes tipos de Estado-providência, identificados por Mayer e Torres (2006). Assim temos a Suécia e a Finlândia como representantes do tipo “social-democrata”. A Alemanha e também a Holanda são considerados como representantes da categoria



"Continental conservador". A Holanda patilha com a Suécia o factor de existir um grande número de mulheres com trabalho pago a tempo parcial (Kunzler 2002). A Alemanha por sua vez é, como defende Kunzler, uma sociedade onde está mais patente uma ideologia da maternidade. Assim sendo, o estado intervém para garantir a possibilidade das mães ficarem em casa com os filhos pequenos. Por seu turno, o Reino Unido representa o sistema "liberal" caracterizado pelos apoios públicos restritos, que advém da ideologia de que as soluções para a educação e a guarda das crianças é um assunto da esfera privada. Seja como for, cada vez mais mulheres britânicas participam no mercado de trabalho, embora se verifiquem descontinuidades, em especial quando nasce um filho. Por outro lado, muitas mulheres reentram no mercado de trabalho em regime de tempo parcial. Portugal e Espanha, representam o sistema "Desprivilegiado", caracterizado por medidas de política social mais restritas, embora haja um conceito de responsabilidade pública na guarda das crianças. Na Espanha verificam-se ainda taxas relativamente baixas de trabalho feminino.

Resultados

Em primeiro lugar, vamos apresentar os dados relativos às normas etárias, ou seja, o que os indivíduos pensam ser a idade ideal para os eventos que possam ser considerados importantes na passagem para a vida adulta. Os dados da Tabela 1 poderão ser lidos segundo o que já se analisou sobre os modelos europeus referentes a essa passagem. Ademais, poderão ser entendidos como indicadores da institucionalização das idades socialmente expectáveis para que ocorram determinados eventos do ciclo de vida.

	Começar a viver com parceiro(a) sem ser casado(a), idade ideal	Casar e viver com marido/esposa, idade ideal	Ser mãe/pai, idade ideal
Alemanha	22,8	25,7	26,5
Espanha	24,0	26,0	27,4
Finlândia	20,7	23,6	24,9
Reino Unido	21,5	24,2	25,6
Holanda	22,8	25,4	27,3
Portugal	23,5	24,1	25,3
Suécia	21,6	25,4	26,4

Tabela 1: Média da idade ideal segundo os inquiridos para...

Os dados da Espanha na Tabela 1 são consistentes com o modelo de passagem tardio de que falam Billari e Wilson (2001). Tanto na idade ideal para os jovens coabitarem com um(a) parceiro(a), como na idade para casarem e para serem pais ou mães, os espanhóis são os que apontaram idades mais elevadas (a vermelho). Porém, no caso de Portugal esse modelo não é evidente. Só no caso da coabitação, os inquiridos portugueses apontaram uma idade mais elevada, próxima da Espanha, em comparação com os restantes países europeus. No que respeita à idade ideal para casar, os portugueses apontaram uma idade média baixa, próxima da Finlândia e do Reino Unido (a azul). Ora, isto é coerente com o facto de muitos jovens portugueses saírem de casa dos pais mais cedo, em comparação com outros países europeus, com o objectivo de casarem e formarem uma nova família (Torres et al., 2007).



Na Tabela 2 são apresentados indicadores sobre as normas etárias, segundo as quais os indivíduos julgam as idades desapropriadas para determinado marcador da vida adulta.

	Deixar educação a tempo inteiro, demasiado JOVEM	Começar a viver com parceiro(a) sem ser casado(a), demasiado JOVEM	Casar e viver com marido/esposa, demasiado JOVEM	Ser mãe/pai, demasiado JOVEM	Viver com os pais, demasiado VELHO
Alemanha	16,8	20,2	20,3	19,9	27,7
Espanha	16,6	23,7	19,8	19,6	31,0
Finlândia	19,2	21,3	19,5	19,7	26,4
Reino Unido	16,4	22,1	19,7	19,6	28,8
Holanda	16,9	21,9	19,6	20,2	28,4
Portugal	16,9	22,7	18,9	18,9	31,4
Suécia	19,0	20,2	20,7	20,3	26,4

Tabela 2: Média da idade considerada demasiado jovem ou demasiado velha para...

É curioso o facto de que na Finlândia e na Suécia, os inquiridos acham, em média, que sair do ensino a tempo inteiro em torno dos 19 anos é ainda demasiado cedo, o que contrasta com os restantes países europeus. Portanto, deverá existir nos países escandinavos uma expectativa generalizada de que os jovens devem prosseguir os estudos depois do secundário. Quanto à idade demasiado jovem para coabitar, a Espanha ao apresentar a idade média mais elevada reitera a sua posição dentro de um modelo normativo que reforça uma transição tardia. Por outro lado, a Alemanha e a Suécia apresentam os valores mais baixos. Os dados da Suécia enquadram-se, portanto, num modelo 'madrugador'. Portugal apresenta uma idade média mais baixa que a Espanha mas, mesmo assim, mais elevada que os restantes países. Contudo, este dado parece ser incoerente com o facto de Portugal apresentar a norma etária mais baixa (18,9 anos) no que se refere à idade demasiado jovem para casar. Esta contradição poderá explicar-se talvez por valores mais tradicionais no que respeita à vida familiar. Seja como for, esta dualidade de critérios entre a idade considerada demasiado jovem para coabitar, por um lado, e para casar, por outro, também se verifica noutros países como a Finlândia, o Reino Unido, a Holanda e em especial, a Espanha. Outro dado que retira Portugal de um modelo 'tardio' de transição, pelo menos para já, é o facto do nosso país apresentar a idade média mais baixa no que respeita à idade considerada demasiado jovem para ter filhos. O modelo tardio de transição da Espanha é mais uma vez demonstrado na idade média pelo qual os inquiridos julgam que um jovem é demasiado velho para viver com os pais. Espanha e Portugal apresentam as idades mais elevadas (31 e 31,4 anos respectivamente), enquanto que a Suécia e a Finlândia apresentam as idades mais baixas (26,4 anos em ambos os países), fazendo jus à noção de que estes países pertencem a um modelo de transição 'madrugador'.

Passemos agora às diferenças das idades normativas referentes a jovens mulheres e homens. A Figura 1 apresenta os diferenciais entre as idades normativas dos eventos de transição.

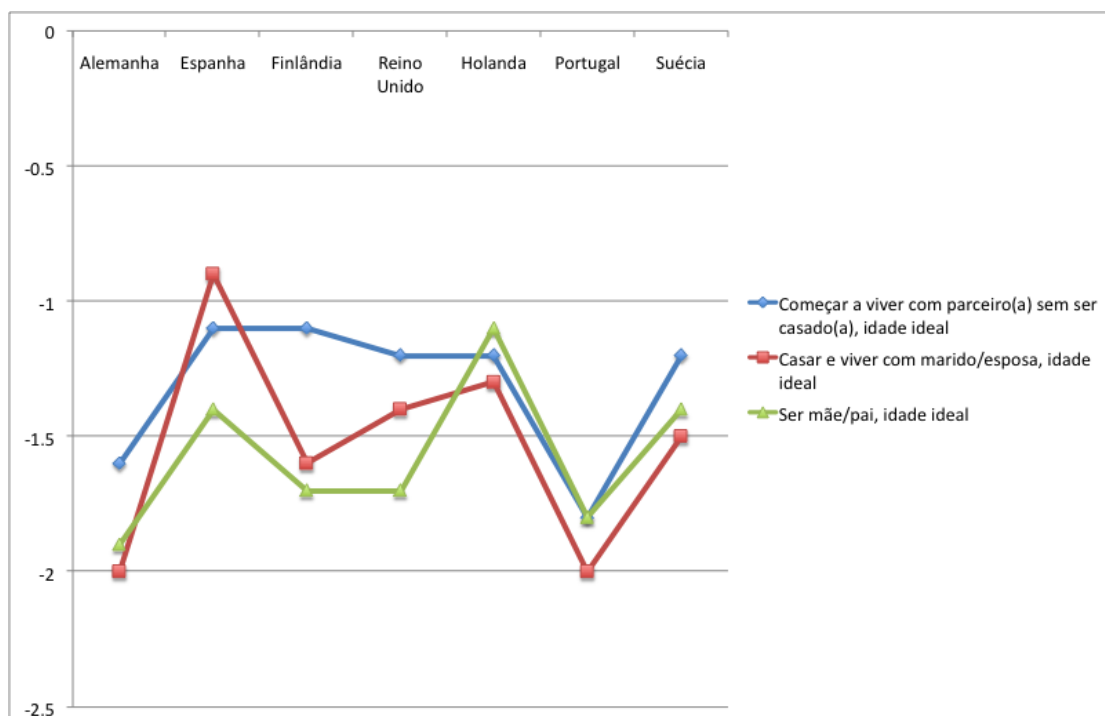


Figura 1 - Diferença de médias entre a idade ideal para mulheres e para homens segundo os inquiridos (Idade média para as mulheres – idade média para homens)

O que ressalta da análise da Figura 1 é que existe uma dualidade de critérios nas idades normativas para homens e para mulheres em todos os países europeus analisados no que respeita à coabitação, casamento e parentalidade. Por outras palavras, existem diferentes expectativas para homens e para mulheres. É socialmente esperado que os jovens do sexo masculino formem uma família ou sejam pais mais tarde que as jovens do sexo feminino. As maiores diferenças normativas no que se refere às idades ideais para homens e para mulheres estão presentes em Portugal e na Alemanha. Isto poderá ser um indicador de que existe um menor grau de individualização, em especial das mulheres, nesses países. Por outro lado, em países como a Suécia ou a Holanda, essas diferenças são menos acentuadas, o que vai de encontro à noção de que esses países estão numa fase mais avançada do processo de individualização. Porém, também a Espanha, supostamente um país retardatário no processo de individualização no contexto europeu, apresenta das menores diferenças entre as normas para homens e para mulheres. Por outro lado, a Finlândia, um país que é suposto pertencer à vanguarda da individualização, apresenta diferenças nas normas etárias referentes aos homens e às mulheres, em geral, maiores que a Espanha.

Quanto às normas etárias segundo as quais os respondentes consideram que um indivíduo é demasiado jovem para um determinado acontecimento, já não se verificam diferenças normativas de género num só sentido, como se pode ver na Figura 2.

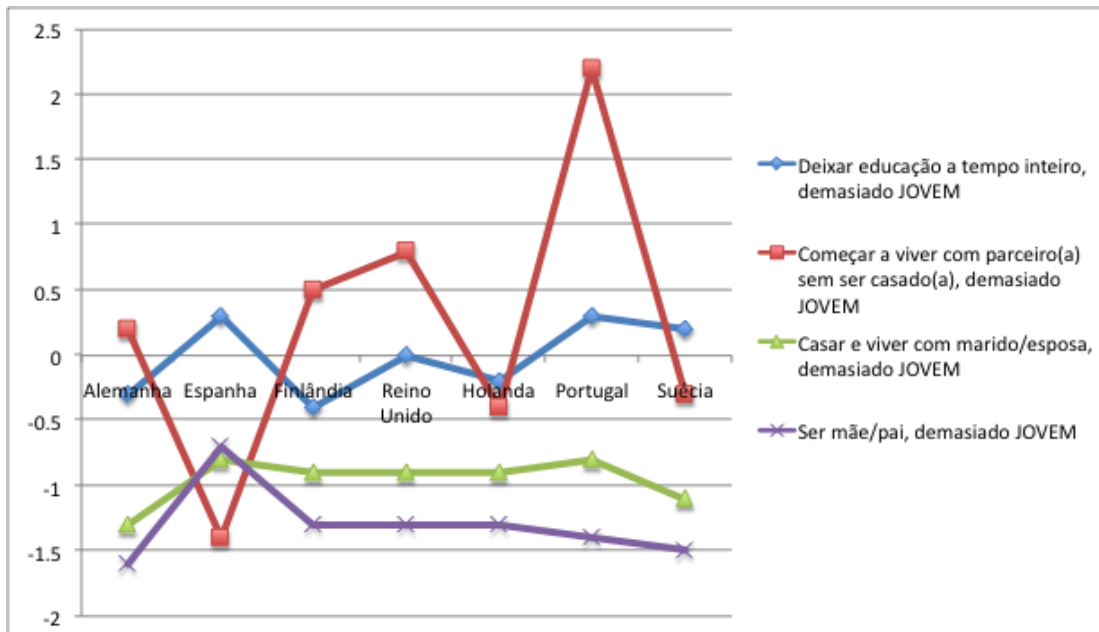


Figura 2 - Diferença de médias entre a idade demasiado jovem para mulheres e para homens segundo os inquiridos (Idade média para as mulheres – idade média para homens)

Em primeiro lugar, é de assinalar que não há evidência de uma dualidade de critérios para homens e para as mulheres quanto à idade entendida como demasiado jovem para deixar a educação em tempo inteiro. Portanto, podemos dizer que a presença no sistema de ensino por parte tanto de jovens do sexo masculino como de jovens do sexo feminino é uma expectativa generalizada que não serve para diferenciar os tempos de transição de homens e mulheres. Quanto à idade considerada demasiado jovem para coabitar, a Alemanha, a Holanda e a Suécia apresentam uma diferença em torno do zero. Esta indiferenciação entre o que é considerado uma idade desapropriada para coabitar poderá ser lida com um sinal de individualização. Neste aspecto, as maiores diferenciações normativas estão presentes em Portugal e em Espanha, mas curiosamente em sentidos contrários. Em Portugal, a idade considerada demasiado jovem para as mulheres é superior à dos homens. Em Espanha é o inverso. Quanto à idade desapropriadamente jovem para casar e para ter filhos, há uma homogeneidade europeia consistente com os dados da Figura 1: do ponto de vista normativo, é esperado que os homens constituam família mais tarde que as mulheres.

A Figura 3, em baixo, refere-se à importância de determinados 'marcadores' na obtenção do estatuto de adulto por parte dos jovens.

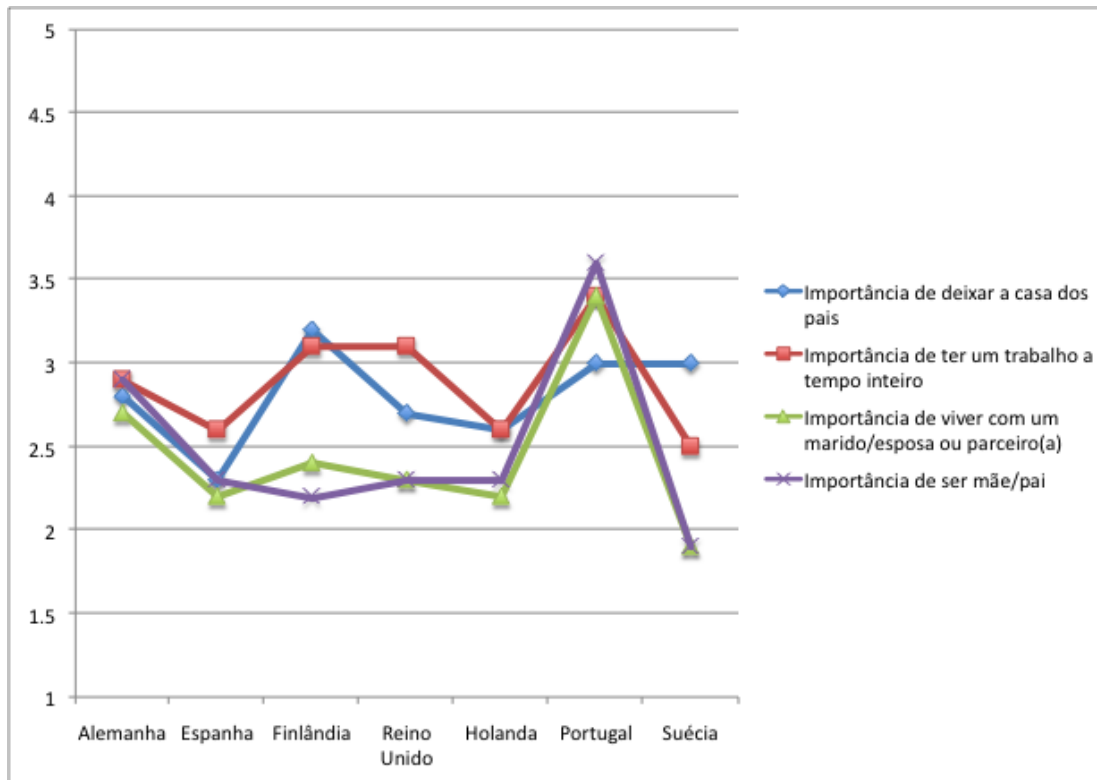


Figura 3 - Para ser considerado adulto, qual a importância...

O conceito de individualização ajuda mais uma vez à leitura da Figura 3. Quanto maior importância é dada aos 'marcadores' da transição para a vida adulta, menor será o grau de individualização das sociedades. Por outro lado, essa importância poderá servir de indicador de uma institucionalização dos eventos que servem como provas de obtenção do estatuto de adultoⁱⁱ. Claramente, Portugal é o país onde se atribui maior importância a ter um trabalho a tempo inteiro (autonomia financeira) e a constituir família para que um indivíduo seja considerado adulto. No nosso país, deixar a casa dos pais (autonomia existencial) é um evento menos marcante que os outros, até porque essa autonomia é geralmente afirmada com a constituição de família e não com a saída de casa dos pais para viver sozinho (Torres et al, 2007). Curiosamente, o país mais próximo de Portugal na importância atribuída aos eventos ligados à constituição de família é a Alemanha. Na Espanha, país que é suposto ser retardatário no processo de individualização junto com Portugal, é atribuída pouca importância aos vários 'marcadores' da vida adulta. É ainda de referir que a pouca importância que é atribuída ao trabalho a tempo inteiro como 'marcador' da vida adulta, poderá reflectir alguma dificuldade dos jovens em conseguir trabalho. Seja como for, na Espanha, a autonomia financeira parece ser mais importante que outros 'marcadores'.

A importância de sair de casa dos pais e de ter um trabalho a tempo inteiro é significativa na Finlândia, porém neste país, a importância atribuída à constituição de família é menos vinculada. Por um lado, há uma maior celebração da autonomia existencial e financeira da idade adulta, por outro, é dada menos importância à forma como os adultos decidem viver a sua autonomia (sozinhos, juntos, com ou sem filhos). Por sua vez, a Suécia é o país a que se atribui menos importância à coabitação ou ao casamento e à parentalidade como 'marcadores' da vida adulta. Além disso, também existe uma maior valorização da autonomia existencial (sair de casa dos pais) e financeira (ter trabalho a tempo inteiro), embora menos marcada do que na Finlândia. A individualização nos países escandinavos poderá consistir então, em atribuir pouca importância aos modelos familiares que jovens decidam abraçar, porém, do ponto de vista normativo, é atribuída maior importância à independência face à família de origem. Este hiato de



importância atribuída, por um lado, à autonomia dos jovens e, por outro, à constituição de família também se verifica no Reino Unido e em menor grau na Holanda.

Todavia, a importância que é atribuída aos marcadores da vida adulta poderá não ser a mesma quando se está a falar de homens e de mulheres. É neste aspecto que se focam as Figuras 4 e 5.

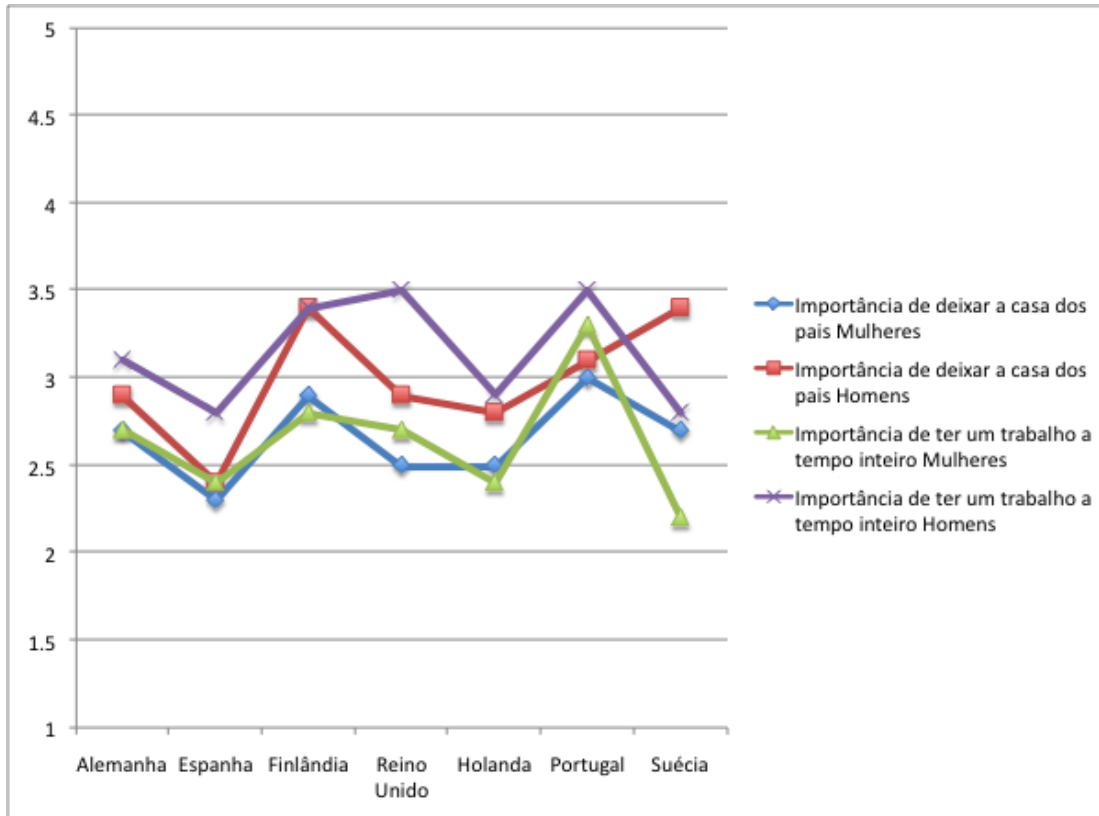


Figura 4 - Para ser considerado adulto...

Em geral, podemos ver na Figura 4 que existe uma dualidade de critérios, isto é, critérios normativos diferentes no que se refere a homens e a mulheres. Os inquiridos atribuem ao sexo masculino uma maior importância à autonomia existencial (sair de casa dos pais) e financeira (ter trabalho a tempo inteiro) do que ao sexo feminino. Por outras palavras, há um constrangimento social maior sobre os homens para que saiam de casa dos pais e obtenham emprego a tempo inteiro, de modo a obterem o estatuto de adulto. Existem ainda diferenças entre países interessantes. Quanto à dualidade de critérios para homens e para mulheres no que respeita à saída de casa dos pais, esta é menos acentuada em Portugal e na Espanha, sendo mais acentuada na Finlândia e na Suécia. Ora, estes dados não são nada confortáveis para as teorias da individualização visto que o expectável seria o contrário. Quanto à importância de ter trabalho, não existe uma grande diferenciação normativa para homens e mulheres, sendo essa diferenciação maior nos restantes países. É ainda de salientar que a importância atribuída ao trabalho a tempo inteiro no que se refere às mulheres, poderá ser influenciada por factores como a existência de elevadas taxas de mulheres a trabalhar a tempo parcial em países como a Holanda e a Suécia. De facto, é nesses países que se atribui menor importância ao trabalho a tempo inteiro, quando se perguntou aos inquiridos a sua opinião sobre os eventos que marcam a transição feminina para a vida adulta.

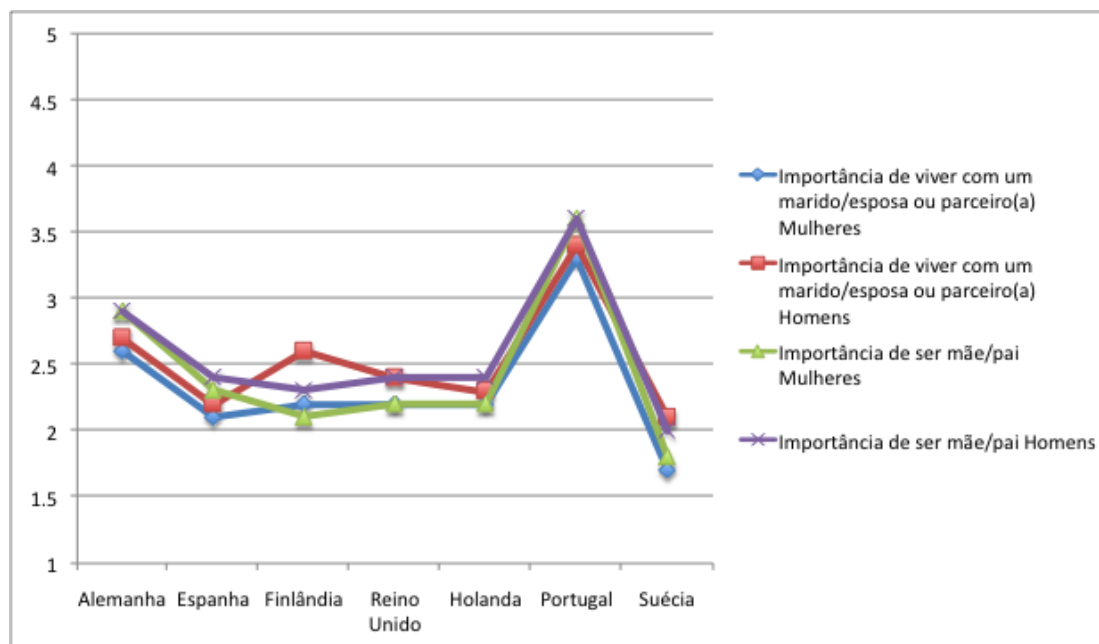


Figura 5: Para ser considerado adulto...

Quanto aos marcadores referentes à constituição de família não se verificam grandes dualidades de critério. Assim sendo, nesta dimensão não existe uma diferenciação normativa evidente dos ciclos de vida dos homens e das mulheres.

Na Tabela 3, em baixo, são apresentados os dados de uma regressão logística com vários indicadores que podem influenciar a importância atribuída aos vários marcadores da vida adulta considerados na análiseⁱⁱⁱ. Com esta análise pretende-se perceber os efeitos isolados de cada país, assim como do sexo, do nível de escolaridade, da actividade principal dos inquiridos e do seu historial de desemprego nos últimos 5 anos.



	Importância de deixar a casa dos pais	Importância de ter trabalho a tempo inteiro	Importância de viver com marido/esposa ou parceiro(a)	Importância de ser mãe/pai
	B	B	B	B
País				
Alemanha	,167	-1,021	-1,792	-1,806
Espanha	,611	-,620	-1,145	-1,167
Finlândia	-,230	-,841	-,890	(-,162)
Reino Unido	,546	-1,099	-,700	-,650
Holanda	,477	-,228	-,791	-,534
Portugal	,264	-1,409	-2,606	-2,570
Alguma vez desempregado nos últimos 5 anos	(,044)	(-,002)	(,127)*	,134
Sexo	,296	,192	(-,037)	(,007)
Actividade principal				
Trabalho pago	(,233)*	(-,034)	(,193)	(,101)
Educação	(,118)	(,017)	(,151)	(,120)
Desempregado, à procura de emprego	(,262)	-,071	(,128)	(,161)
Educação				
1ª fase do Básico	(,130)	-,440	-,740	-,670
2ª fase do Básico	,348	-,376	-,458	-,476
Secundário ou pós-secundário	,230	-,129	(-,090)	(-,110)
Constante	(-,247)	1,523	2,777	2,410
Teste Hosmer e Lemeshow	,445	,410	,440	,322
Nagelkerke R2	,039	,076	,181	,212
N	9505	9529	9531	9532

Tabela 3 - Regressão logística, Para ser considerado adulto...

Categorias que são pontos de comparação ou que foram omitidas: Suécia; indivíduos que não estiveram alguma vez desempregados nos últimos cinco anos; sexo feminino; desempregado, sem estar à procura de emprego; e ensino superior. Todos os coeficientes são significativos para um nível de significância de 0,05, exceptuando os coeficientes entre parêntesis. O teste Hosmer e Lemeshow diz-nos que todos os modelos são adequados para um nível de significância de 0,05. A medida de associação Nagelkerke diz-nos a variância explicada pelo modelo. Quanto à importância de ser pai/mãe as variáveis no modelo explicam 21,2% da variância, porém, no que se refere à importância dada à saída de casa dos pais, as variáveis no modelo apenas explicam 3,9% da variância.

* coeficientes significativos para um nível de significância de 0,1.

No que respeita ao efeito do país na importância dada aos 'marcadores' da vida adulta, a Suécia serviu de ponto de comparação. Verifica-se que há uma diferença estatisticamente significativa de todos os países em relação à Suécia. Pela leitura do coeficiente (B), verifica-se que o país que mais se distancia da Suécia é a Espanha quanto à importância dada à saída de casa dos pais. O coeficiente também permite a aferição de uma probabilidade, assim é menos provável encontrar um indivíduo na Espanha que dê importância à saída



da casa dos pais como 'marcador' do estatuto de adulto, enquanto que na Finlândia é mais provável encontrar um indivíduo que dê importância a esse 'marcador'. Por outro lado, é em Portugal que é mais provável encontrar um indivíduo que dê importância ao trabalho a tempo inteiro como 'marcador' da vida de adulto, enquanto que é na Suécia (o ponto de comparação) que é menos provável que isso aconteça. Quanto aos marcadores referentes à formação de uma nova família (viver com marido/esposa ou companheiro(a) e ser pai/mãe), é mais provável encontrar indivíduos que lhes dêem importância na Alemanha e, em especial, em Portugal. Mais uma vez é na Suécia que há menor probabilidade de encontrar um indivíduo que dê importância a esses marcadores, o que é coerente com a ideia de que a Suécia está na vanguarda do processo de individualização, em especial, no que respeita aos modelos familiares.

O historial de desemprego de um indivíduo serve para aferir se os indivíduos que sofreram períodos de desemprego minimizam a importância do trabalho a tempo inteiro e se valorizam outros marcadores da vida adulta. Contudo, verificou-se que esses indivíduos não desvalorizam a importância do trabalho a tempo inteiro em comparação com os restantes indivíduos. Não há uma diferença estatisticamente significativa entre aqueles que já ficaram desempregados nos últimos 5 anos e os outros. Apenas se verificou uma diferença estatisticamente significativa entre estes dois grupos no que respeita a ser pai/mãe. É mais provável encontrar um indivíduo que dê importância à paternidade/maternidade entre os que já ficaram desempregados nos últimos 5 anos do que nos outros indivíduos.

Quanto à comparação entre indivíduos de diferentes sexos, verificam-se diferenças estatisticamente significativas apenas no que respeita à importância de sair de casa dos pais e de ter um trabalho a tempo inteiro. É curioso verificar que existe maior probabilidade de encontrar um indivíduo do sexo feminino do que do sexo masculino que dê importância à saída de casa dos pais e a ter um trabalho a tempo. Estes dados vão de encontro à ideia de que as mulheres pretendem, hoje em dia, viver a sua própria vida, passando por um 'duplo planeamento da vida' na família e no trabalho. No que respeita à comparação entre indivíduos com diferentes situações de emprego, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$).

Por fim, passemos à comparação entre indivíduos com diferentes graus de escolaridade. É curioso verificar que não existem diferenças estatisticamente significativas quanto à importância dada à saída de casa dos pais entre os indivíduos com um grau do ensino superior (ponto de comparação) e os indivíduos que têm no máximo a primária completa. E é entre estes indivíduos que é mais provável encontrar alguém que dê importância à saída de casa dos pais. Já no que se refere à importância de ter trabalho a tempo inteiro, os indivíduos que obterem um grau do ensino superior diferem estatisticamente dos restantes. Assim, é entre os indivíduos que têm um grau universitário que é menos provável encontrar alguém que dê importância ao trabalho a tempo inteiro como marcador da vida adulta, enquanto que é entre os indivíduos que têm no máximo a primária completa que é mais provável encontrar alguém que dê importância a esse marcador. Ora, este resultado parece lógico, visto que aqueles que abandonam o sistema de ensino numa fase mais precoce tendem a valorizar mais o trabalho como meio de obtenção do estatuto de adulto, enquanto que aqueles que se mantêm no sistema de ensino tendem a minimizar a importância desse marcador. Quanto aos marcadores da vida adulta relativos à formação de uma nova família (viver com marido/esposa ou companheiro(a) e ser pai/mãe), verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os indivíduos com um grau do ensino superior e aqueles que têm no máximo a primária ou que completaram o ensino básico. É mais provável que os indivíduos com menos escolaridade dêem maior importância à vida marital e à parentalidade. Os indivíduos com maiores recursos escolares minimizam a importância desses marcadores da vida adulta, o que poderá ser entendido como um indicador do maior grau de individualização desses indivíduos.



Conclusão

Comparando os resultados com as previsões das teorias da ‘Segunda Transição Demográfica’ (van de Kaa, 1987) que previam uma convergência das sociedades europeias, verifica-se que essa convergência está ainda longe de acontecer, em particular, no que respeita a atitudes e a normas. Assim, a par de investigações como as Billari e Wilson (2001), os resultados apontam para uma persistência das diferenças nacionais no contexto europeu, apesar das convergências verificadas a nível económico desde os anos 80. É certo que sociedades como a Finlândia, e em especial, a Suécia parecem, do ponto de vista normativo, as mais individualizadas no que respeita aos modelos familiares (viver em regime conjugal ou ter filhos) que possam servir de marcadores da vida adulta. Contudo, a Espanha mostra-se próxima dessas sociedades no que respeita à valorização desses marcadores, enquanto que a Alemanha aparece próxima de Portugal nessa valorização. Ora, estes resultados não encaixam na noção de que o sul da Europa, no seu conjunto, é retardatário em relação ao norte no que respeita ao processo de individualização. Todavia, é de colocar a hipótese de que o processo de individualização terá necessariamente expressões diferentes consoante as instituições e o contexto cultural de cada país.

Quanto à divisão entre um modelo de transição para a vida adulta ‘tardio’ ou ‘postergador’ no sul e ‘madrugador’ no norte da Europa, ele parece fazer sentido, em especial, se compararmos a Espanha com a Finlândia e a Suécia. Contudo, Portugal não se encaixa confortavelmente nessa divisão. As normas quanto à idade ideal para casar ou para ter filhos reflectem um modelo ‘madrugador’ no nosso país no que respeita à formação de uma nova família (Torres et al., 2007). Em geral, Portugal dá mais importância aos marcadores da vida adulta do que a generalidade dos países europeus considerados. Este poderá ser um indicador de que ainda existe, no nosso país, uma institucionalização marcada, ao nível normativo, dos passos que os jovens devem tomar para serem considerados adultos. A organização do mercado de trabalho português (muitas vezes baseado nos trabalhos pouco qualificados e nos baixos salários) e a fraca escolarização da população aliada a taxas altas de abandono escolar são factores espelhados nas normas quanto à transição para a vida adulta. Por outro lado, as instituições sociais de países como a Finlândia e a Suécia permitem que haja uma autonomia existencial dos jovens mais precoce o que poderá levar a uma maior valorização da saída de casa dos pais como marcador da vida adulta. Como assinalam Billari et al. (2005), os dois processos – individualização e institucionalização do ciclo de vida – parecem “puxar” as sociedades em direcções diferentes e até mesmo contraditórias. Porém, os dois processos podem ser vistos como complementares, iluminando diferentes aspectos da realidade social.



Bibliografia

BECK, U. (1992), *Risk society: towards a new modernity*, Londres, Sage

BECK, U. e BECK-GERNSHEIM, E. (2001), *Individualization: institutionalized individualism and its social and political consequences*, Londres, Sage

BILLARI, F. (2004), *Becoming an Adult in Europe: A Macro (/Micro)-Demographic Perspective*, Protocolo disponível em: <http://www.demographic-research.org/special/3/2/S3-2.pdf>

BILLARI, F. e WILSON, C. (2001), *Convergence towards diversity? Cohort dynamics in the transition to adulthood in contemporary Western Europe*, Max Planck Institute for Demographic Research, Working Paper WP2001-039

BILLARI, F., HAGESTAD, G., LIEFBROER, A. and SPÉDER, Z. (2005), *The Timing of Life: The Organization of the Life Course in Europe*, Protocolo disponível em: http://www.europeansocialsurvey.org/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=23&Itemid=80

BUCHMANN, M. (1989), *The script of life in modern societies. Entry into Adulthood in a Changing World*, Chicago, University of Chicago Press

GEISLER, B. e KRÜDER, H. (1992), "Balancing the Life Course in Response to Institutional Requirements", em W. Heinz, (ed.) *Status Passages and the Life Course Vol. III: Institutions and gatekeeping in the Life Course*, Deutscher Studien Verlag, 2ª Edição

GIELE, J.Z. e ELDER JR., G. H. (eds.) (1998), *Methods of Life Course Research. Qualitative and Quantitative Approaches*, Thousand Oaks, Sage

GIDDENS, A. (1991), *Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age*, Cambridge, Polity Press

HAGESTAD, G.O. e NEUGARTEN, B.L. (1985), "Age and the Life Course", em R. Binstock e E. Shanas (eds.), *Handbook of Aging and the Social Sciences*. Nova Iorque, Nostrand Reinhold, 2ª Edição, pp. 46-61

HOLDSWORTH, C. (2000), "Leaving home in Britain and Spain", *European Sociological Review*, nº 16, pp. 201-222

LESTHAEGHE, R. (1995), "The Second Demographic Transition in Western Countries: An interpretation", em K. Oppenheim Mason, e A. Jensen (eds.), *Gender and Family Changes in Industrialized Countries*. Oxford, Clarendon Press, pp. 17-62

LESTHAEGHE, R. (2001), "Postponement and recuperation: Recent fertility trends and forecasts in six Western European countries" IPD-WP 2001-1. Interface Demography SOCO, Vrije Universiteit Brussel, Bruxelas.



LESTHAEGHE, R. e MOORS, G. (2000), "Recent trends in fertility and household formation in the industrialized world", *Review of Population and Social Policy*, nº 9, pp. 121-170

MAYER, K. e SCHOEPFLIN, U. (1989), "The State and the Life Course", *Annual Review of Sociology*, nº 15, pp. 187-209

MAYER, K. (2001), "The paradox of global social change and national path dependencies: life course patterns in advanced societies," em A. Woodward, e M. Kohli (eds.), *Inclusions-Exclusions*, Londres, Routledge

MEYER, J. e JEPPEPERSON, R. (2000), "The "actors" of modern society: The cultural construction of social agency", *Sociological Theory*, nº 18, vol. 1, pp. 100-120

MYLES, J. (1992), "Is there a post-Fordist life course?", em W. Heinz (ed.), *Status Passages and the Life Course Vol. III: Institutions and gatekeeping in the Life Course*, Deutscher Studien Verlag, 2ª Edição

NEUGARTEN, B., MOORE, J. e LOWE, J. (1965), "Age norms, Age Constraints and Adult Socialization", *American Journal of Sociology*, nº 70, pp. 710-717

REHER, D. (1998), "Family Ties in Western Europe: Persistent Contrasts", *Population and Development Review*, nº 24, vol. 2, pp. 203-234

SETTERSTEN, R. e MAYER, K. (1997) "The measurement of age, age structuring, and the life course", *Annual Review of Sociology*, nº 23, pp. 233-61

THORNTON, A. (2001) "The developmental paradigm, reading history sideways, and family change", *Demography*, nº 38, vol. 4, pp. 449-465

TORRES, A. (2006), "Work and family in Portugal", em Giovanna Rossi (ed.), *Reconciling Family and Work: New Challenges for Social Policies in Europe*, Milão, Franco Angeli, pp. 9-36

TORRES, A, MENDES, R. e LAPA, T. (2007), "Families in Europe", *Portuguese Journal of Social Science*, nº 6, vol. 2, pp. 97-133

VAN DE KAA, D. (1987), "Europe's Second Demographic Transition", *Population Bulletin, Population Reference Bureau*, nº 42, vol. 1, pp. 1-58

ⁱ Onde, pelo menos um dos membros do casal, tinha uma idade compreendida entre 15 e 29 anos.

ⁱⁱ Esta variável aparece no Inquérito Social Europeu na forma de escala de Likert. Um valor entre 1 e 2 significa que os inquiridos não dão importância aos marcadores do ciclo de vida. Um valor próximo de 3 representa uma posição neutra. Valores acima de 3 significam que, em média, é dada importância a esses eventos.

ⁱⁱⁱ As variáveis foram recodificadas em variáveis dicotômicas. Assim sendo, temos duas categorias “considerado importante” (para valores acima de 3) e “não considerado importante” (para valores entre 1 e 3).